



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º , DE 2019
(Do Sr. Jesus Sérgio)

“Solicita informações ao Senhor Ministro da Justiça e Segurança Pública, acerca das denuncias apresentadas no relatório da Humans Rights Watch sobre as causas do desmatamento e das queimadas na Amazônia”.

Senhor Presidente:

No exercício das competências, prerrogativas e responsabilidades, insertas nos artigos 49, X e 50, §2º da Constituição Federal e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que sejam solicitadas informações ao Senhor Ministro da Justiça e Segurança Pública, acerca das denuncias apresentadas no relatório da Humans Rights Watch sobre as causas do desmatamento e das queimadas na Amazônia, devendo ser respondidas especificamente as seguintes indagações:

- a) Em 7 anos, no período 2012 / 2019, a Funai perdeu quase 900 servidores e perdeu também importância na estrutura de governo. Qual o valor contingenciado do órgão no orçamento de 2019 e qual o valor reservado no orçamento 2020?
- b) Com base na realidade mostrada pelo relatório da Humans Rights Watch, qual a política do Ministério da Justiça e Segurança Pública para atacar as organizações criminosas que estão promovendo derrubadas e queimadas na Amazônia?
- c) Com base no relatório da Humans Rights Watch, por que o Ministério da Justiça não determina a federalização das ameaças e dos crimes cometidos para investigação pela Polícia Federal, quando esses se dão por disputa de terra?



JUSTIFICAÇÃO

O relatório apresentado em 17 de setembro de 2019 pela organização de direitos humanos Humans Rights Watch, denuncia que os desmatamentos e as queimadas na Amazônia brasileira estão diretamente ligados à ações do crime organizado que arregimenta mão de obra, maquinário e, aliada à milícias, ameaçam de morte quem cruza seu caminho na tentativa de barrar a exploração ilegal de madeira, terras e garimpos na região.

Para a Humans Rights Watch, a impunidade fortalece a ação dos criminosos. O relatório apresentado destaca 28 assassinatos desde 2015. Destes, apenas 2 foram a julgamento. Na mesma direção a Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, aponta que nos últimos 10 anos 300 pessoas perderam a vida na luta em defesa das áreas indígenas, pequenos produtores rurais e na defesa da floresta amazônica. No período apenas 14 foram a julgamento. As ameaças de morte, que deveriam ser prontamente atendidos pelas autoridades de segurança porque em geral têm desbordamentos com a eliminação da pessoa ameaçada, não recebem a devida atenção do Estado brasileiro e as mortes vão se multiplicando sem punições.

A grilagem de terras é a prática mais utilizada pelos criminosos que, pela violência e ameaças, expulsam pequenos produtores rurais, invadem terras indígenas e com a conivência de autoridades públicas, legalizam as terras invadidas, desmatam e queimam para depois criar gado.

Lideranças indígenas, rurais, autoridades públicas e de organizações sociais como a CPT, são ameaçadas e assassinadas quando denunciam essa situação. Mas infelizmente as mortes não têm servido para despertar o governo federal para ações de inteligência que desmobilizem as quadrilhas. A omissão do Estado brasileiro é incentivo às práticas criminosas que vem ocorrendo na Amazônia.

Em meio a crise das queimadas na Amazônia, o presidente Jair Bolsonaro prefere perseguir entidades parceiras na preservação ambiental. O Presidente afirmou em entrevista à imprensa que organizações não governamentais (ONGs) podem estar por trás de queimadas na região amazônica para “chamar atenção” contra o governo do Brasil no exterior.

Nas palavras do Presidente, segundo o portal de notícia G1: “O crime existe, e isso aí nós temos que fazer o possível para que esse crime não aumente, mas nós tiramos dinheiros de ONGs. Dos repasses de fora, 40% ia para ONGs. Não tem mais. Acabamos também com o repasse de dinheiro público. De forma que esse pessoal está sentindo a falta do dinheiro”, declarou o presidente na saída do Palácio da Alvorada, ao ser questionado sobre a onda de incêndios na região.



Por sua vez e mais comedido que o próprio chefe, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, afirmou que o aumento dos incêndios no país se deve ao tempo seco, ao vento e ao calor, mesmo sem querer reconhecer os dados do Inpe que mostram aumento de 80% a mais nos focos de incêndio, em relação a 2018.

Esses números refletem as promessas de campanha de Bolsonaro para a região, quando deu a entender que se fosse eleito teria um afrouxamento dos órgãos de fiscalização e a diminuição das multas.

Quando se faz análise dos números apresentados no Orçamento do governo federal, se percebe a diminuição de recursos e de servidores da FUNAI e do IBAMA ano após ano, deixando a floresta desprotegida da ação fiscalizadora que é obrigação do governo federal. Tentando preencher essa lacuna deixada pelo Estado, as organizações da sociedade civil expõem lideranças que se tornam alvo da violência dos criminosos. Na ausência do Estado, as milícias e o crime organizado vão aumentando seu poder na região amazônica.

Com base nessas afirmações solicito que sejam respondidos os questionamentos acima elencados e peço ao Senhor Ministro da Justiça e Segurança Pública que envie no mais breve prazo possível, as informações solicitadas.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 2019.

Deputado JESUS SÉRGIO